

## **AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO E DA CONDIÇÃO DE ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE SANEAMENTO BÁSICO EM ALGUMAS CIDADES DA METADE SUL DO RS**

**CORAZZARI, Rodrigo Luiz Cruz<sup>1</sup>; FERRAZ, Gustavo Sarubbi<sup>1</sup>; FLEMMING, Alana<sup>1</sup>; QUADRO, Maurizio Silveira<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>*Alunos de Graduação da Engenharia Sanitária e Ambiental/CEng-UFPel, rodrigo\_corazzari@hotmail.com;* <sup>2</sup> *Professor adjunto do CEng/UFPel, mausq@hotmail.com*

### **1 INTRODUÇÃO**

Os primeiros sistemas de saneamento básico no Rio Grande do sul tiveram início no final do século XIX, e se iniciou, principalmente, nas cidades de Porto Alegre e Rio Grande, de acordo com a Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN). Nessa época, notou-se um crescimento acelerado das cidades e nos fluxos migratórios em todo território nacional, com isso, houve consideráveis aumentos de problemas de saneamento e com o aumento do número de doenças relacionadas à precariedade do mesmo.

Os altos índices de industrialização, desenvolvimento e crescimento populacional do Brasil nos últimos anos vem trazendo enormes transtornos para a saúde pública e ao meio ambiente. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2008), no Rio grande do sul, apenas 24,3% das residências possuem rede de esgoto, contra uma média nacional de 44,0%, e 95,0% da população possui abastecimento de água.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), saneamento é o controle de todos os fatores do meio físico do homem, que exercem ou podem exercer efeitos nocivos sobre o bem estar físico, mental e social. Assim, podemos dizer que o saneamento é o conjunto de serviços e fatores que tem como principal meta alcançar, de uma maneira positiva e sustentável, a salubridade ambiental.

A Lei 11.445/07, define que saneamento básico é o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de: abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

O Plano Municipal de Saneamento busca alternativas, através de estudos, para conhecer a atual situação do município e planejar as principais alternativas para a melhoria do serviço publico de saneamento, utilizando os preceitos da Lei 11.445/07.

O presente trabalho tem como objetivo fazer um levantamento de dados sobre os planos de saneamento básico em algumas cidades da metade sul do Estado do Rio Grande do Sul.

### **2 METODOLOGIA**

O estudo foi feito com 41 cidades da região sul do estado do Rio Grande do Sul no primeiro semestre de 2012.

Neste trabalho, foi realizada uma pesquisa qualitativa (MINAYO, 1999), aproximando-se de estudo de caso (YIN, 2001). Foi realizado em duas etapas. Iniciando-se pela obtenção do contato telefônico e e-mail dos secretários municipais, técnicos e responsáveis regionais de cada município, para estabelecer uma interlocução entre as prefeituras e a Universidade, através do Laboratório de Análises Ambientais e Geoespaciais (LAAG). Após a obtenção dos dados, foram realizadas ligações telefônicas para cada uma das prefeituras da região, dando início ao levantamento de dados propriamente dito, ou seja, os dados fundamentais para iniciar a construção de um Plano de Saneamento municipal e explicar a cada um desses órgãos como funciona o projeto.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Primeiramente, tentou-se contato via correio eletrônico com as 41 prefeituras da região. Entretanto, muito poucas prefeituras retornaram o contato. Posteriormente, optou-se pelo caminho das ligações telefônicas, foram feitas ligações para as prefeituras que ainda não tinham sido contactadas, desse restante foi possível estabelecer contato com mais da metade delas. No fim desta etapa, não foi possível estabelecer contato com 11 prefeituras. O modo de contato com as prefeituras pode ser visto conforme a Figura 1.

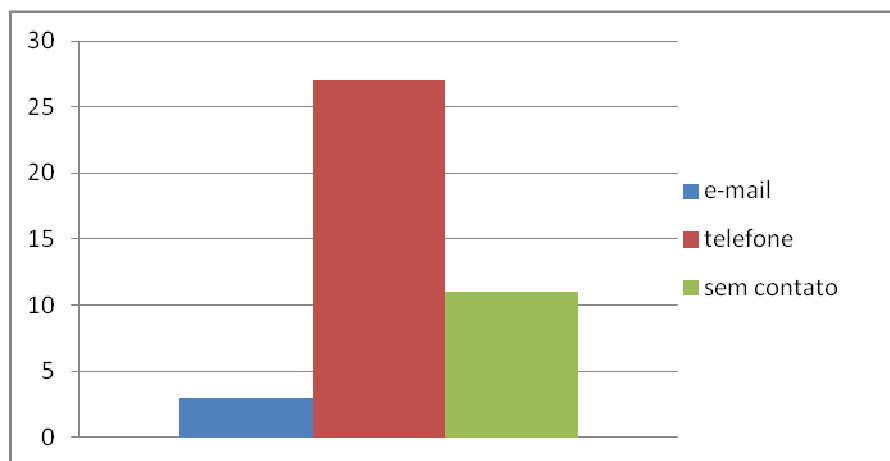


Figura 1 – Formas de contatos com as prefeituras

O passo seguinte, foi voltar a fazer contato com as prefeituras, só que dessa vez foi para determinar a atual situação do plano de saneamento básico das cidades. O diagnóstico deste levantamento demonstrou que, das 41 prefeituras: 15 delas estavam em estágio de elaboração dos seus planos, 5 delas não possuíam plano, 12 delas estão com o plano concluído, 6 delas ainda não tinham realizado os contatos necessário para implementação do plano e em 3 cidades não foram obtidas informações a respeito do plano de saneamento. É importante salientar, que para essas cidades onde não se obteve informações concretas, as tentativas de busca de informações (ligações telefônicas) foram realizadas várias oportunidades, ou seja,

em diferentes momentos do dia e em diferentes dias da semana. A situação do plano de saneamento dos municípios são mostrados na Figura 2.

Situação do Plano de Saneamento dos Municípios

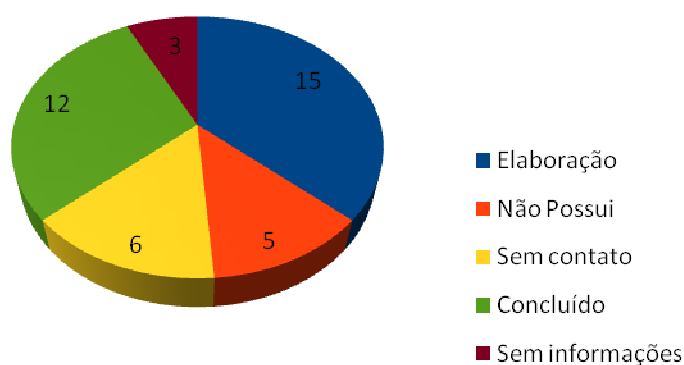


Figura 2 – Situação do Plano de Saneamento dos Municípios

#### 4 CONCLUSÃO

Com os resultados obtidos, foi observado que as prefeituras possuem dificuldades para a elaboração do plano de saneamento, seja pela falta de conhecimento e preparação das pessoas (técnicos) responsáveis pela elaboração do plano ou pela falta de recursos financeiros do município. Também houve dificuldade em estabelecer contato com todas as prefeituras, pois os horários de funcionamento de algumas variam entre manhã e tarde.

Diante disto percebe-se que algumas cidades já estão bem adiantadas (29%) perante as outras na elaboração do plano de saneamento, e algumas prefeituras mostraram interesse sobre o projeto (41%). Com isso, é possível perceber a importância de um curso de capacitação para os servidores técnicos dos municípios, onde será transferido aos gestores municipais alguns dos conhecimentos necessários para avaliar e diagnosticar as diversas situações vividas localmente e a importância do saneamento para a manutenção da qualidade ambiental e melhoria da vida das comunidades.

#### 5 REFERÊNCIAS

CORSAN. História da Corsan. Disponível em : <http://www.corsan.com.br/node/3>  
<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/10/19/mais-da-metade-dos-domicilios-brasileiros-nao-tem-coleta-de-esgoto.htm>

BRASIL. Lei nº 11.445/07 – **Diretrizes nacionais para o Saneamento Básico**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm)

GUIMARÃES, A. J. A.; CARVALHO, D. F. de; SILVA, L. D. B. da. **Saneamento básico**. Agosto de 2007. Disponível em: <http://www.ufrj.br/institutos/it/deng/leonardo/downloads/APOSTILA/Apostila%20IT%20179/Cap%201.pdf>

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1999.

YIN, R. K. **Estudo de caso, planejamento e métodos**. São Paulo: Bookman, 2001.